deve ler-se:

«Nos termos da alínea g) do artigo 199.º da Constituição, o Conselho de Ministros resolve classificar o aproveitamento hidroagrícola do Baixo Mondego, localizado nos concelhos da Figueira da Foz, Montemor-o-Velho, Soure, Condeixa-a-Nova, Cantanhede e Coimbra, no distrito de Coimbra, e no concelho de Pombal, no distrito de Leiria, como obra do grupo II, nos termos dos artigos 6.º e 7.º do Decreto-Lei n.º 269/82, de 10 de Julho.»

Centro Jurídico, 12 de Outubro de 2009. — O Director-Adjunto, *Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Portaria n.º 1259/2009

de 15 de Outubro

Com a aprovação da Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, que alterou o Estatuto do Jornalista, e do Decreto-Lei n.º 70/2008, de 15 de Abril, que aprovou as regras de organização e funcionamento da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e regulamentou o sistema de acreditação profissional dos jornalistas e colaboradores da área informativa dos órgãos de comunicação social, foram revistos e simplificados alguns aspectos do regime dos títulos habilitadores para o exercício da actividade daqueles agentes, designadamente no que concerne à documentação exigível para o seu requerimento inicial ou renovação.

Aproveitando tais alterações, a presente portaria tem como objecto simplificar o regime de acesso ao título de identificação dos colaboradores de órgãos de comunicação social nas comunidades portuguesas e respectiva renovação, equiparando-o, em matéria de exigências procedimentais, às que passaram a vigorar para os restantes títulos de acreditação.

Assim:

Nos termos do artigo 18.º da Lei n.º 1/99, de 13 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 64/2007, de 6 de Novembro, e do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 70/2008, de 15 de Abril, manda o Governo, pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares e pelo Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, o seguinte:

1.º O n.º 5.º da Portaria n.º 360/99, de 19 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

«5.º A emissão do título de identificação é requerida pelo interessado à CCPJ, devendo o requerimento ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Cópia do bilhete de identidade ou de documento que permita a identificação civil do requerente;
- b) Uma fotografia recente a cores, tipo passe;
- c)

2.º O n.º 6.º da Portaria n.º 360/99, de 19 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

«6.º O título de identificação é válido pelo período de dois anos, carecendo de renovação.»

3.º O n.º 7.º da Portaria n.º 360/99, de 19 de Maio, passa a ter a seguinte redacção:

«7.º A renovação é concedida a requerimento do interessado, a apresentar no mês anterior ao termo de validade do título, sob pena de caducidade, devendo o requerimento ser instruído com os seguintes elementos:

- a) Uma fotografia a cores, tipo passe, quando a fotografia anterior tenha sido entregue há mais de cinco anos;
- b) A declaração referida na alínea c) do n.º 5.º»

Em 30 de Setembro de 2009.

O Ministro dos Assuntos Parlamentares, *Augusto Ernesto Santos Silva*. — O Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, *António Fernandes da Silva Braga*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Aviso n.º 92/2009

Por ordem superior se torna público que, em 12 de Dezembro de 2007, foi depositado junto do Governo da República Federal da Alemanha o depósito do instrumento de ratificação do Acto de Revisão da Convenção sobre a Concessão de Patentes Europeias (Convenção sobre a Patente Europeia), adoptado em Munique, em 29 de Novembro de 2000.

Portugal é Parte do Acto de Revisão da Convenção, aprovado, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 60-A/2007 e pelo Decreto do Presidente da República n.º 126-A/2007, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 239, suplemento, de 12 de Dezembro de 2007.

Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos, 1 de Outubro de 2009. — O Subdirector-Geral, *Miguel Almeida e Sousa*.

Aviso n.º 93/2009

Por ordem superior se torna público que, em 8 de Setembro de 2009, foi depositado junto do Secretário-Geral das Nações Unidas o depósito do instrumento de ratificação da República Portuguesa à Emenda à Convenção sobre Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente, adoptada em Almaty, em 27 de Maio de 2005.

Portugal é Parte da mesma Emenda, aprovada, para ratificação, pela Resolução da Assembleia da República n.º 54/2009 e pelo Decreto do Presidente da República n.º 69/2009, ambos publicados no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 146, de 30 de Julho de 2009.

Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos, 1 de Outubro de 2009. — O Subdirector-Geral, *Miguel Almeida e Sousa*.

Aviso n.º 94/2009

Por ordem superior se torna público que, em 15 de Maio de 2009, a República Portuguesa depositou o seu instrumento de adesão à Convenção Conjunta sobre a Segurança da Gestão do Combustível Usado e a Segurança da Gestão dos Resíduos Radioactivos, adoptada em Viena, em 5 de Setembro de 1997.

Portugal é Parte da Convenção aprovada, para adesão, pelo Decreto n.º 12/2009, publicado no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 77, de 21 de Abril de 2009, tendo depositado o seu instrumento de adesão junto do Secretariado-Geral da Agência Internacional de Energia Atómica, em 15 de Maio de 2009.

Direcção-Geral dos Assuntos Técnicos e Económicos, 1 de Outubro de 2009. — O Subdirector-Geral, *Miguel Almeida e Sousa*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Portaria n.º 1260/2009

de 15 de Outubro

As alterações dos contratos colectivos de trabalho entre a ANIL — Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios e outra e a FESETE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e outros e entre as mesmas associações de empregadores e o SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxtil e Indústrias Diversas e outro publicadas no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 17, de 8 de Maio de 2009, e 21, de 8 de Junho de 2009, respectivamente, abrangem as relações de trabalho entre empregadores que se dediquem à indústria de lanifícios, têxteis-lar, têxtil algodoeira e fibras, rendas, bordados, passamanarias e tapeçaria e trabalhadores ao seu serviço, uns e outros representados pelas associações que os outorgaram.

As associações subscritoras requereram a extensão das alterações das convenções em causa às relações de trabalho em que sejam parte empregadores ou trabalhadores não representados pelas associações outorgantes e que, no território nacional, se dediquem à mesma actividade.

As convenções actualizam as tabelas salariais. O estudo de avaliação do impacte da extensão das tabelas salariais teve por base as retribuições efectivas praticadas no sector abrangido pela convenção, apuradas pelos quadros de pessoal de 2007 e actualizadas com base no aumento percentual médio das tabelas salariais das convenções publicadas nos anos intermédios. Os trabalhadores a tempo completo do sector, com exclusão dos aprendizes, dos praticantes e um grupo residual, são cerca de 42 549, dos quais 25 060 (58,9%) auferem retribuições inferiores às convencionais, sendo que 1166 (2,7%) auferem retribuições inferiores às da convenção em mais de 8,3%. São as empresas do escalão entre 50 e 249 trabalhadores que empregam o maior número de trabalhadores com retribuições inferiores às da convenção.

As convenções aplicam-se à indústria de lanifícios e à indústria têxtil, nomeadamente de têxteis-lar. As mesmas actividades são também abrangidas pelos contratos colectivos de trabalho celebrados entre a Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP) e a FESETE — Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios, Vestuário, Calçado e Peles de Portugal e entre a mesma associação de empregadores e o SINDEQ — Sindicato Democrático da Energia, Química, Têxtil e Indústrias Diversas e outro publicados no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.ºs 8, de 29 de Fevereiro de 2008, e 15, de 22 de Abril de 2008, respectivamente, objecto de regulamento de extensão aprovado pela Portaria n.º 163/2008, publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 33, de 15 de Fevereiro de 2008 e no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 31, de 22 de Agosto de 2008.

Considerando que a ATP representa um número muito reduzido de empresas de lanifícios com pequeno número de trabalhadores e que a ANIL representa um número de empresas muito superior que empregam muito mais trabalhadores, a presente extensão é aplicável a toda a indústria de lanifícios, com exclusão das empresas filiadas na ATP.

Sobre a representatividade da ATP na indústria têxtil, nomeadamente na indústria de têxteis-lar, tem-se em atenção que as duas associações de empregadores que deram origem à constituição daquela representavam um número de empresas que empregavam um número de trabalhadores igualmente significativo. Admitindo que a ATP manteve a representatividade neste sector das associações que lhe deram origem, tanto ela como a ANIT-LAR são representativas do sector têxtil.

Dado que, na indústria têxtil, todas as convenções existentes são celebradas por associações de empregadores representativas, a presente extensão abrange as empresas filiadas na ANIT-LAR, bem como as empresas não filiadas em qualquer das associações, em concorrência com a extensão das convenções celebradas pela ATP.

Foi publicado o aviso relativo à presente extensão no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 31, de 22 de Agosto de 2009, na sequência do qual a FEPACES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços deduziu oposição.

Esta federação invoca a existência do contrato colectivo de trabalho celebrado com a então Associação Portuguesa das Indústrias de Malha e Confecção e outras publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 13, de 8 de Abril de 1995, com última publicação no *Boletim do Trabalho e Emprego*, 1.ª série, n.º 19, de 22 de Maio de 2003. Estas convenções não foram outorgadas pela Associação Nacional dos Industriais de Lanifícios e não se aplicam à indústria de lanifícios. Não obstante, considerando que assiste à oponente a defesa dos interesses dos trabalhadores que representa, são excluídas as relações de trabalho em que sejam parte trabalhadores representados pela Federação oponente.

Com vista a aproximar os estatutos laborais dos trabalhadores e as condições de concorrência entre as empresas do sector de actividade abrangido pelas convenções, a extensão assegura para as tabelas salariais retroactividade idêntica à das convenções.

Tendo em consideração que não é viável proceder à verificação objectiva da representatividade das associações outorgantes e, ainda, que os regimes das referidas convenções são substancialmente idênticos procede-se, conjuntamente, à respectiva extensão.

Atendendo a que as convenções regulam diversas condições de trabalho, procede-se à ressalva genérica de cláusulas contrárias a normas legais imperativas.

A extensão das convenções tem, no plano social, o efeito de uniformizar as condições mínimas de trabalho dos trabalhadores e, no plano económico, o de aproximar as condições de concorrência entre empresas do mesmo sector.

Embora as convenções tenham área nacional, a extensão de convenções colectivas nas Regiões Autónomas compete aos respectivos Governos Regionais, pelo que a extensão é apenas aplicável no território do continente.

Assim:

Manda o Governo, pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, ao abrigo do artigo 514.º e do n.º 1 do artigo 516.º do Código do Trabalho, o seguinte:

Artigo 1.º

1 — As condições de trabalho constantes das alterações dos contratos colectivos de trabalho entre a ANIL — As-